



ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008

1 **CONSELHEIROS PRESENTES**

- 2 **Silvio Thadeu de Menezes** – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura –SAR;
3 **Sebastião Silveira** – representante suplente da Secretaria de Estado Infra Estrutura - SIE
4 **José Délcio Steinbach** – representante titular da Secretaria de Estado da Saúde – SES;
5 **José Belmont Verzola**: representante suplente das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A –
6 CELESC
7 **Cláudio Ramos Floriani Junior** representante titular da Companhia Catarinense de Águas e
8 Saneamento – CASAN;
9 **Vanessa Santos** – representante suplente da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento –
10 CASAN;
11 **Ten.. Marledo Egídio Costa** – representante suplente da Guarnição Especial de Polícia Ambiental
12 – GEPMA
13 **Fabiane Nóbrega** – representante suplente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
14 **Joãozinho Althoff** - representante titular Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de
15 Santa Catarina – FETAESC
16 **Ives Luiz Lopes** - representante suplente Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de
17 Santa Catarina – FETAESC
18 **Alberto Odon May** – representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros
19 **Paulo José Aragão** – representante titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e
20 Ambiental – ABES;
21 **José Vicente Miranda Regina** - representante titular da Associação Brasileira de Recursos
22 Hídricos - ABRH;
23 **José Antonio da Silva** – representante titular da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem -
24 ABID
25 **João Batista Lins Coitinho** – representante titular da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas
26 – ABAS;
27 **REPRESENTANTES DA SDS**
28 Flávio Rene Brea Victoria – Diretor de Recursos Hídricos
29 Rui Batista Antunes – Secretário Executivo
30 Fernando Clark: Gerente de Outorga e Controle de Recursos Hídricos
31 Guilherme Dallacosta – Consultor Jurídico da DRHI
32 Robson Cunha – Técnico da DRHI
33 Simone Standnick – Técnica da DRHI
34 Mauro Silvio Rodrigues – Gerente de Outorga da DRHI
35 Diogo Barretche – Técnico da DRHI
36 Gilce Porto – Auxiliar Administrativo da DRHI
37 Gisele de Souza - Técnico da DRHI
38 Thobias Furlanetti - Técnico da DRHI
39 Frederico Rudorff - Técnico da DRHI
40 Cesar Rodolfo Seibt - Técnico da DEHI
41 Carlos Alberto Rockenbach - Técnico da DRHI
42 Luciana C. Castro Técnica da DRHI
43 Hilbert Hubert – Auxiliar Administrativo da DRHI
44 Evandro Amorina – Assessoria de Comunicação
45 **REPRESENTANTES DE COMITÊS DE BACIAS**
46 Hilário Damaso da Silveira - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Canoinhas
47 José Mario Ribeiro - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte
48 J. Dionicio Kume - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte
49 Ana Cristina Bradt - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí
50



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

51 **Outros REPRESENTANTES**

- 52 Gilberto Valente Canali – CTIL/ABRH
53 Héctor Raul Munoz Espinosa – Professor UNIVALI
54 Nicolau Neto – FAAVI
55 Rita de Cássia Rodrigues – ABES/SC
56 Silvia B. Muller – FATMA
57 Rodrigo de P. Stadler – FIESC membro da ACTIL

58
59 **Assuntos Discutidos:**

- 60 - Aprovação da ata da 21ª Reunião Ordinária do CERH;
61 -Apresentação das Ações da Diretoria de Recursos Hídricos – processo de outorga;
62 -Resolução 31 do Comitê do Itajaí sobre o estabelecimento dos critérios de outorgas na Bacia do
63 Rio Itajaí.
64 -Proposta enviada pelo Comitê Cubatão (norte) sobre a ampliação da área de abrangência daquele -
65 Comitê incluindo o Rio Cachoeira.
66 -Câmara Técnica de Gestão da Bacia do Rio Uruguai – CTBRU, aprovado pela Comissão Pró
67 Câmara.
68 -Apresentação pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL, da proposta de
69 alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.
70 -Informações Gerais.

71
72 **Início:** 14h00min **Término:** 16h45min

73
74 Às quatorze horas, em segunda chamada, do dia quinze de outubro de dois mil e oito, no auditório
75 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, reuniram-se os acima
76 nominados para discutir, conforme a ordem do dia, sobre os seguintes assuntos: 1) Aprovação da ata
77 da 21ª Reunião Ordinária do CERH; 2) -Apresentação das Ações da Diretoria de Recursos Hídricos
78 – processo de outorga; 3)-Resolução 31 do Comitê do Itajaí sobre o estabelecimento dos critérios de
79 outorgas na Bacia do Rio Itajaí. 4) -Proposta enviada pelo Comitê Cubatão (norte) sobre a
80 ampliação da área de abrangência daquele -Comitê incluindo o Rio Cachoeira. 5) -Câmara Técnica
81 de Gestão da Bacia do Rio Uruguai – CTBRU, aprovado pela Comissão Pró Câmara. 6) -
82 Apresentação pela Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e Legais – CTIL, da proposta de
83 alteração do Regimento Interno do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. 7)Informações Gerais.
84 O **Senhor Flávio Victoria**, Diretor de Recursos Hídricos, abriu a reunião justificando a ausência do
85 Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos por motivos de viagem ao exterior. Colocou
86 para aprovação dos Conselheiros inversão do 4º item da pauta para o 3º item, por motivo de retorno
87 a Joinville do Presidente Cubatão do Norte, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguindo o
88 Regimento Interno foi solicitado ao plenário que um Conselheiro presidisse a reunião, a qual passou
89 a ser feito pelo **Senhor Paulo José Aragão**. Na sequência do primeiro item da pauta foi aprovado
90 por todos a Ata da 21ª Reunião do CERH. Ato seguinte, o Presidente passou a palavra para o **Senhor**
91 **Flavio Victória** para fazer a apresentação da Diretoria sobre os procedimentos da outorga. Este
92 manifestou que para os procedimentos da outorga foi necessário que a Diretoria de Recursos
93 Hídricos estudasse os usos múltiplos das águas junto com as PCH's, quanto a análise de reserva de
94 disponibilidade hídrica para PCH's, está sendo dado um enfoque sistêmico de bacias e uma análises
95 integrada de todos os usos atuais e potenciais em cada bacia hidrográfica. Afirmou, ainda, que o
96 foco não é só a metodologia para PCH's e sim para todos os usos de água a exemplo de como foi
97 feito na análise para o rio Cubatão. Pelo fato de ser um assunto polemico, a Diretoria vem tratando o
98 tema com bastante clareza técnica em termos de procedimentos para as PCH's. A imprensa divulga a
99 liberação do número de PCH's instaladas no Estado, porém na parte técnica é feito uma análise dos
100 projetos na bacia para que a outorga naquele ponto possa ou não ser concedida. Em seguida passou



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

101 a palavra para o **Senhor Carlos Alberto Rockenbach - Técnico da Diretoria de Recursos**
102 **Hídricos**, que apresentou as Ações Estratégicas da Diretoria de Recursos Hídricos no processo de
103 outorga e uso de água. Este, manifestou, que o processo dentro da DRHI foi implementado e
104 desenvolvido pelo grupo tarefa a partir de outubro de 2007, representado pelas instituições como
105 EPAGRI, CASAN, AGESC e FAPESC. Informou que anteriormente, as declarações de reserva de
106 disponibilidade hídrica - DRDH's, eram efetuadas pela ANEEL que deixou de se responsabilizar
107 pelas mesmas passando a ser de atribuição de Estado. O primeiro passo do Grupo Tarefa foi
108 estabelecer critérios e metodologias para análises dos pedidos de reservas hídricas, visando
109 assegurar qualitativamente os diversos usos da água estimando vazões necessárias para garantir o
110 atendimento dos usuários das bacias hidrográficas e também reservar vazões necessárias a viabilizar
111 o aproveitamento hidrelétrico, que é solicitado pela ANEEL. Os aspectos de impactos ambientais e
112 sociais são de competência do órgão estadual FATMA, essa metodologia foi adaptada a partir da
113 metodologia proposta pela Agencia Nacional de Águas – ANA. O técnico prosseguiu com a
114 apresentação dos procedimentos da outorga e ao final o Presidente abriu a palavra para rodada de
115 perguntas dos Conselheiros, o qual não houve nenhuma manifestação. Seguiu-se a ordem da pauta
116 que era a Proposta enviada pelo Comitê Cubatão (norte) sobre a ampliação da área de abrangência
117 daquele-Comitê incluindo o Rio Cachoeira. Passado a palavra para o **Senhor Rui Batista Antunes,**
118 **Secretário Executivo**, este manifestou que há dois anos atrás houve uma solicitação do Comitê
119 Cubatão ampliando aquele Comitê até a Baía da Babitonga o qual foi aprovado pelos Conselheiros.
120 Existiu, também, um movimento social no passado para que se criasse um comitê na bacia do Rio
121 Cachoeira. Como a bacia hidrográfica principal daquela região é o rio Cubatão não foi criado aquele
122 comitê. Na seqüência, foi feita a leitura da justificativa enviada pelo Comitê Cubatão para a
123 ampliação do mesmo e solicitado ao seu Presidente que explanasse sobre o porque da ampliação do
124 Comitê até a Rio Cachoeira e não mais até a Baía da Babitonga. O senhor **José Mario**, Presidente
125 do Comitê do Rio Cubatão do Norte, manifestou que no ano de 2006 foi aprovado o Plano da Bacia
126 do Rio Cubatão pelo CERH. Em agosto deste mesmo ano fizemos uma reunião com a SDS para
127 discutir a ocupação, pelo comitê do espaço de todo o norte de Santa Catarina, abrangendo os
128 municípios de Itapoá, Barra do Sul, Araquari, Joinville e São Francisco do Sul. Na oportunidade
129 como Vice-Presidente do Comitê Cubatão, fiz contato com todos os municípios a serem
130 incorporados. Dando continuidade nesse envolvimento e diante das dificuldades nesse processo de
131 gestão dos comitês, já que é um trabalho voluntário, em uma reunião do Comitê no início desse ano,
132 resolveu-se deixar para outro momento a incorporação da Baía da Babitonga ao Comitê e incluir
133 somente o Rio Cachoeira. De certa forma todos os municípios já estão incorporados no Comitê
134 Cubatão e que o rio Cachoeira esta 100% incluído dentro do município de Joinville. Em seguida o
135 Conselheiro **Cláudio Ramos Floriani**, perguntou como este processo foi feito junto às
136 comunidades dos municípios a serem inseridos no comitê para essa ampliação? **O Senhor José**
137 **Mario**, manifestou que anteriormente foi colocado em pauta a abrangência do Comitê da Bacia a
138 Baía da Babitonga, mas não foi aprovado pelo CERH. Os Conselheiros na ocasião orientaram que o
139 Comitê fizesse uma consulta junto à comunidade. Para a inclusão do Rio Cachoeira foi feito a
140 consulta a comunidade e discutido dentro de assembléia do Comitê. Na continuidade o **Senhor**
141 **Cláudio Ramos Floriani Junior**, manifestou que este processo deve seguir a mesma lógica como
142 se fosse criado um novo comitê e, para isto, é importante fazer reuniões e consultar a sociedade para
143 que fique inteirada da ampliação desse comitê. **O Senhor Paulo José Aragão**, representante
144 titular da ABES, manifestou que no ano de 2000 a ABES fez um documento sobre o Diagnóstico
145 Ambiental do Rio Cachoeira e um dos problemas identificados foi que existia o Comitê Cubatão
146 que não abrangia o Rio Cachoeira. Nesse documento, constava a ampliação do comitê de bacia para
147 todo o complexo. O Comitê esta fazendo o encaminhamento adequado e dentro das condições que o
148 mesmo possui, não sendo necessário fazer uma nova composição, pois essa área já faz parte da
149 composição do Comitê Cubatão. **O senhor José Mario** manifestou aos Conselheiros que tiverem a
oportunidade de ver a proposta do regimento interno do CERH e que dentro das entidades de



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

151 usuários de água, sociedade civil e órgão do governo estadual e federal, todas as entidades que
152 contemplam a comunidade de Joinville. O **Senhor Rui Batista Antunes, Secretário Executivo**,
153 manifestou que foi orientado ao Comitê que fosse publicado em um jornal de circulação local a
154 possibilidade de qualquer entidade ter ingresso ao Comitê, já que sua composição estava sendo
155 reestruturado, para que nenhuma entidade, mais tarde, viesse a comentar que não foi convidada a
156 participar dessa criação. O **Senhor José Mário**, manifestou que foi publicado no Jornal A Notícia.
157 O **Senhor Cláudio Ramos Floriani**, manifestou, ainda, que na composição de representantes do
158 governo estadual e federal, onde se lê SDS/GEHID, fosse retirado a palavra GEHID e que é
159 importante ressaltar no estudo da ABES - Diagnóstico Ambiental, que um dos problemas do Rio
160 Cachoeira é o de metais pesados e o esgoto doméstico. O **Senhor Paulo José Aragão**, colocou em
161 votação do que foi apresentado pelo Comitê Cubatão do Norte, o qual foi aprovado por
162 unanimidade. O **Senhor José Mario**, manifestou sua gratidão pela aprovação e aproveitou o
163 momento para fazer a seguinte observação: dentro dos instrumentos previstos na lei 9.433 o Comitê
164 já executou todas e que a única coisa que não foi contemplado, ainda, foram às ações de curto,
165 médio e longo prazo, porque o Comitê não tem recursos. Completou, ainda, dizendo que a lei
166 Estadual de Recursos Hídricos não prevê as agências de bacias e até hoje não foi modificada,
167 portanto, solicitou o esforço dos conselheiros para que junto com os órgãos competentes, agilizasse
168 para que a lei de recursos hídricos seja modificada. Seguindo a ordem da pauta, Resolução 31 do
169 Comitê do Itajaí, que diz respeito ao estabelecimento dos critérios de outorgas na Bacia do Rio
170 Itajaí, a palavra foi aberta para manifestações. O **Senhor Hector Raúl Muñoz**, representante da
171 UNIVALI de Itajaí, manifestou que a vazão Q98 que aparece nos critérios de outorga do Itajaí, é a
172 vazão de referência mensal, diferente das vazões diárias que não é especificada, podendo ter conflito
173 mais tarde. Gostaria que fosse registrado que a vazão específica Q98 constasse como mensal. O
174 **Senhor João Batista Lins Coitinho**, representante titular da Associação Brasileira de Águas
175 Subterrâneas – ABAS; manifestou que não foi observado na resolução do Comitê Itajaí sobre
176 critérios para as águas subterrâneas, que fossem encaminhados os critérios de águas subterrâneas,
177 pois na região de Itajaí a água subterrânea é muito utilizada, é interessante que se tenha um critério
178 definido para outorga. A **Senhora Ana Cristin Bradt representante do Comitê de**
179 **Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí**, manifestou que os critérios de outorgas a
180 serem implantados no Comitê Itajaí se referem a águas superficiais e somente para captação e não
181 para lançamento. O **Senhor Paulo José Aragão, representante titular da ABES**, manifestou que
182 no caso de águas subterrâneas terá que ser feita pelo Comitê uma nova resolução estabelecendo
183 novos critérios. A **Senhora Ana Cristin Bradt**, completou que os critérios de outorga do Itajaí
184 estão caminhando junto com Plano Estadual de Recursos Hídricos. O **Senhor Alberto Odon May**,
185 representante titular da Associação Catarinense de Engenheiros, perguntou que no caso do artigo 4º
186 (fez a leitura) o comitê do Itajaí pode ter autonomia para em um artigo estabelecer normas mais
187 restritivas que a Portaria do Estado? Diante da dúvida sobre o assunto o **Senhor Paulo José**
188 **Aragão**, manifestou que a proposta seja encaminhada para Comissão Técnica de Outorga para que
189 seja feito uma análise da Resolução e que o assunto seria trazido em outra oportunidade ao CERH.
190 O **Senhor Alberto Odon May**, manifestou uma das desculpas da criação da Comissão de Outorga
191 era porque a SDS não tinha um corpo técnico para definir assuntos importantes, mas que hoje
192 existem pessoas que deveriam analisar a pois a Comissão técnica de Outorga já se reunião 14 ou 15
193 vezes e não chegou a conclusão sobre vários pontos lá discutidos inclusive o da vazão. O **Senhor**
194 **Paulo José Aragão**, manifestou que o assunto fosse tratado então, ou em reunião conjunta CTOR e
195 CTIL junto com representantes do Comitê do Itajaí, ou encaminhado para análise junto ao
196 corpo técnico da SDS. O **Senhor Cláudio Ramos Floriani**, manifestou que o Conselho
197 criou uma Comissão Técnica de Outorga, onde a CASAN tem participado de toda reunião,
198 portanto o assunto deve necessariamente passar pela mesma, pois entende-se que esta
199 Comissão foi criada para assessorar o CERH. O **Senhor Carlos Alberto Rockenbach**,
200



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

201 técnico da DRHI, manifestou que muitas das definições da SDS sobre recursos hídricos,
202 basearam nas grandes discussões da CTOR e que mesmo tendo um numero elevado de
203 reuniões a CTOR tem que continuar. A Senhora **Ana Cristin Bradt**, representante do
204 Comitê do Rio Itajaí, manifestou que sobre o artigo 4º da Resolução não tem nenhuma
205 novidade, pois somente reintegra a vazão outorgada para os empreendimentos e que o
206 assunto foi amplamente discutido por um Grupo Técnico do Comitê de 2006 até junho de
207 2008, quando finalmente os critérios foram aprovados pelo comitê. O **Senhor Rui Batista**
208 **Antunes, Secretário Executivo**, manifestou que um dos aspectos inovadores da legislação
209 de recursos hídricos foi a descentralizado das ações para as bacias hidrográficas. Os comitês
210 de bacias junto com suas agências, devem elaborar seus planos de bacias e discutir seus
211 critérios. O que foi estabelecido no Plano da Bacia deverá ser aprovado desde que não
212 ultrapasse os dispositivos da legislação estadual. O Senhor **Gilberto Valente Canalli –**
213 **CTIL/ABRH** manifestou não existir uma política estadual e nem um critério estabelecido
214 pelos comitês, mas sim uma única política dentro da qual se sucede os comitês, existem as
215 competências fixadas aos comitês por lei, dentro das quais está a competência do Plano de
216 Bacia, não faz nenhum sentido falar do Plano de Bacia se não falar dos critérios de outorga
217 para uma determinada bacia. Os comitês são braço do Estado para a Gestão de Recursos
218 Hídricos não há uma autonomia plena dos comitês e sim as decisões dos comitês
219 necessitam do ponto de vista do Estado. Não se pode falar de critérios de outorga,
220 estabelecidos somente pelos comitês sem a participação do Estado. Os comitês e o Estado
221 devem determinar critérios para a outorga, observando a sustentabilidade da prevenção e
222 precaução dos atendimentos das amplas demandas, porque, também, não é possível admitir
223 que o uso de uma PCH empeça os outros usos, porque isso seria inconstitucional pela
224 mesma linha de argumentação, os comitês podem definir quais são as condicionantes ao
225 empreendedor se conseguiu-las cumprir é possível a instalação. A **Senhora Ana Cristin**
226 **Bradt representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí**
227 manifestou que aquele Comitê trabalha nessa linha, a de sempre buscar o apoio do Estado e
228 de ser um braço do mesmo e que também foi criado um grupo de trabalho de outorga que
229 discutiu os critérios. Na primeira etapa, se discutiu com os usuários de água e depois que foi
230 feita a consulta publica, no ano passado, esse grupo de trabalho voltou a se reunir onde foi
231 revisto varias coisas. Passamos a contar com a presença constante de técnicos da SDS, no
232 ano passado, participou o Engº Guilherme, esse ano participou Fernando, Celso e Carlos e
233 técnicos da EPAGRI. Explicou-se, que não foi feito a quatro paredes, e sim levado em
234 consideração tudo que esta sendo feito no Estado e que possa ser aplicado. O Senhor **Paulo**
235 **José Aragão**, frente as discussões, colocou em votação se o assunto deverá ser
236 encaminhado para Comissão Técnica Legal e Institucional e a Comissão Técnica de
237 Outorga para se pronunciarem no prazo de 30 dias. O Senhor **Cláudio Ramos Floriani**,
238 manifestou não ser necessário passar pelas duas Comissões e sim só pela CTOR, a não ser
239 se o Conselho definir que tem que passar pelas duas Comissões. O Senhor **Paulo José**
240 **Aragão**, reforçou, que será feito uma convocação das duas Comissões para que façam uma
241 reunião conjunta para deliberarem sobre o assunto e inclusive com a presença de
242 representantes do Comitê Itajaí e que dentro de 30 dias para ter uma resposta, em condições
243 de voltar para próxima reunião do conselho. Colocou em votação, no qual foi aprovado por
244 unanimidade. Ato seguinte manifestou que sobre a criação da Comissão Técnica de Gestão
245 da Bacia do Rio Uruguai – CTBRU, Passou a palavra para o **Senhor Rui Batista Antunes**,
246 que manifestou, que entre as entidades definidas para compor a Pró Comissão (CASAN,
247
248
249
250



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

251 ABAS, SDS, FECAM, FETAESC, SDA, FATMA e a SES), apesar da convocação para
252 reunião no dia 18 de setembro, compareceram somente a CASAN, ABAS e a SDS. Da
253 reunião realizada o Grupo decidiu pela aprovação da criação da Comissão pelo CERH, e
254 que deve ser aberta a possibilidade de outras entidades poderem participar. Colocado em
255 votação pelo Senhor **Paulo José Aragão**, a Comissão Técnica foi aprovada por
256 unanimidade, ficando as seguintes entidades componentes da mesma ABAS, CASAN,
257 FETAESC, FATMA, SDS, ABRH, SDA, SES, ABES. Foi sugerido, ainda, que a escolha
258 da presidência e suas competências seja feita em reunião da própria. O **Senhor Rui Batista**
259 **Antunes**, manifestou a importância da criação de mais uma comissão técnica pelo CERH,
260 devido a dar continuidade ao processo de gestão dos recursos hídricos no Estado, que por
261 ausência de vontade política e de técnicos suficientes, no passado, a mesma ficava
262 comprometida. É importante que esta gestão seja feita com responsabilidade institucional,
263 não somente da SDS e os comitês, mas também de todas as entidades que trabalham com a
264 água no Estado. A DRHI vai fazer a primeira convocação de reunião e encaminhar um
265 ofício para cada instituição indicar o nome do seu representante titular e suplente. O Senhor
266 **Gilberto Valente Canalli – CTIL/ABRH**, manifestou que no nome sugerido para a
267 Comissão, fosse retirado a palavra gestão, ficando portanto, Comissão Técnica da Bacia do
268 Rio Uruguai. Dando continuidade, o **Senhor Paulo José Aragão** passou para o outro item
269 da pauta, proposta de alteração do regimento interno do CERH. Em seguida, solicitou ao
270 Senhor **Gilberto Valente Canalli – CTIL/ABRH**, para fazer a apresentação do processo de
271 discussão da proposta de alteração do regimento interno, frisando que o que estava sendo
272 trazido para aquela reunião, era somente uma proposta para discussão e não aprovação de
273 um novo regimento interno. Informou que a comissão se reuniu em seis oportunidades,
274 buscando realizar um trabalho mais transparente possível. Que foram convidados a
275 participar da reunião várias entidades do Estado, inclusive os comitês, que infelizmente não
276 puderam participar das reuniões. **Disse que a presente proposta de reformulação do Conselho,**
277 **sob a forma de minuta de projeto de lei, visa entre outros aspectos, primeiramente, a observar a Lei**
278 **Federal e a Constituição Estadual no que diz respeito à composição dos Conselhos, incluindo a**
279 **participação da sociedade civil e dos usuários dos recursos hídricos. Com efeito, a Constituição**
280 **Estadual estipula a composição paritária entre o Poder Público e a sociedade civil. Por sua vez a Lei**
281 **Federal, impõe a participação dos usuários e das comunidades. A situação atual no Estado de Santa**
282 **Catarina, que não lhe é particularmente exclusiva, uma vez que há similaridades com outros Estados**
283 **da Federação, apresenta certa complexidade para a observância simultânea dos dois ditames acima**
284 **mencionados. Constata-se que o Estado tem usuários de recursos hídricos como empresas públicas,**
285 **cuja representação no Conselho Estadual tem partido da esfera do Poder Público. Tal é o caso da**
286 **CASAN e da CELESC, que se colocam no mesmo segmento de usuários que outras empresas ou**
287 **entidades de usuários dos setores de abastecimento d'água e saneamento e de energia elétrica,**
288 **inclusive do setor privado, que têm manifestado interesse de participar do Conselho, com iguais**
289 **direitos de voz e voto. Igualmente, outros segmentos de usuários e da sociedade civil têm**
290 **demonstrado interesse de participar do Conselho. Em exercício de montagem de alternativas, um**
291 **Grupo de Trabalho designado no âmbito da Comissão de Assuntos Legais e Institucionais do**
292 **Conselho Estadual de Recursos Hídricos chegou ao modelo ora proposto, o qual permite atender aos**
293 **ditames mencionados. Assim, o Conselho passará a ter 24 membros, distribuídos nos seguintes**
294 **segmentos: Poder Público Estadual: 12 representantes e respectivos suplentes; Sociedade Civil:**
295 **seis representantes e respectivos suplentes e Usuários de Recursos Hídricos: seis representantes e**
296 **respectivos suplentes de pessoas jurídicas usuárias de recursos hídricos. Desta forma, a integração**
297 **da representação dos usuários e da sociedade civil equipara-se numericamente à representação do**
298 **Poder Público. Além da Composição do Conselho, a presente proposta contempla também a sua**
299
300



ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008

301 estrutura que passará a ser a seguinte: I – Plenário; II - Presidência; III – Vice – Presidência; IV -
302 Secretaria Executiva; V – Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas; VI – Câmaras
303 Técnicas. Outra modificação a Presidência do Conselho será exercida pela Secretaria de Estado à
304 qual estiver subordinado gerenciamento dos recursos hídricos do Estado. A proposta de alteração do
305 Conselho contempla também o funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em
306 minuta de Regimento Interno anexa, que deverá ser submetida à aprovação do Plenário do Conselho
307 após a edição da Lei. Aberta a palavra para discussão o **Senhor Rui Batista Antunes**, manifestou
308 que a proposta ao inserir os comitês de bacias dentro da estrutura organizacional do CERH, estaria
309 quebrando a hierarquia do próprio Sistema Estadual de Recursos Hídricos, citou, como exemplo a
310 estrutura organizacional do Sistema Nacional e frisou que o Conselho é o órgão de orientação
311 superior e que portanto os comitês devem estar subordinados a este e não vinculado em sua
312 organização interna. Completou dizendo que a reivindicação dos comitês é para fazerem parte da
313 composição do CERH com direito a voz e voto. O Senhor **Gilberto Valente Canali**, manifestou
314 que de acordo com seu critério, existe uma parede de quebra de hierarquia e que o Estado de Santa
315 Catarina estaria inovando ao inserir os comitês na estrutura do CERH, já que os mesmos não estão
316 enquadrados legalmente dentro do Sistema Estadual. Entretanto, esta é uma visão um pouco
317 diferente, ou seja, os comitês também serão órgãos executivos e não só deliberativos, que é muito
318 similar à função do Conselho. O **Senhor Flavio Rene Brea Victoria, Diretor de Recursos**
319 **Hídricos**, manifestou estranheza com relação a má fé de alguns grupos em relação a esse processo
320 de discussão da proposta e não de aprovação do novo regimento interno. Disse, ainda, isto ser fruto
321 de algumas hegemonias tecnocráticas que estavam presentes no Estado anteriormente e que eram
322 acostumadas a manipulação de processos em algumas instâncias, que tentam, ainda, manterem o
323 controle, infelizmente usando métodos manipuladores de informações que não corresponde a
324 realidade do trabalho da Diretoria de Recursos Hídricos. Disse, fazer tal consideração devido a
325 manifestações, inclusive encaminhado a um Promotor, como se naquela reunião iria ser aprovado o
326 novo regimento interno, quando na verdade esse processo esta se iniciando com varias discussões.
327 Depois desse estudo brilhante feito pelo Senhor Canali e pelo Grupo Técnico, tivemos varias
328 manifestações, e vamos fazer uma reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de forma
329 Extraordinária para discutir o tema, onde, deveremos convidar os Comitês para participarem da
330 reunião. Isto não é uma coisa definida e nem definitiva como foi colocado e gerou algumas
331 manifestações por parte de algumas pessoas. Estes ruídos internos é o sentido negativo e que
332 sinceramente não concorda. Evidentemente alguns deles se conhece de onde provém, por isso
333 gostaria de colocar isso claro, que o comportamento da SDS é transparente e é um processo que esta
334 sendo encaminhado como foi falado pelo Senhor Canali, e que deverá, após discutido por todos, ser
335 aprovado no CERH. O Senhor **Paulo José Aragão**, manifestou ser necessário que o assunto seja
336 melhor discutido e que para isso é importante que o mesmo volte a comissão e que no prazo de 30
337 dias se faça uma reunião exclusiva do CERH para tratar do mesmo. O Diretor de Recursos Hídricos,
338 acrescentou ainda preocupação com a manifestação do Ministério Público, solicitando, que a
339 Secretaria Executiva do Conselho encaminhe resposta para a aquele Ministério e também ao Fórum
340 de Comitês, com uma cópia para todos os Comitês de Bacias, da pauta desta reunião para que fique
341 claro que não se tinha o objetivo de aprovar nada. O senhor **Valente Canalli – CTIL/ABRH**
342 sugeriu que a SDS promova um seminário, workshop, oficina ou uma reunião com os comitês para
343 tratar deste item com o objetivo de adquirir contribuição dos comitês. Também, o Ministério
344 Público Estadual solicita a presença de um representante do corpo de bombeiros. Para isto a SDS
345 deve entrar em contato com o corpo de bombeiros para conhecer melhor as razões pelas quais tem
346 interesse em fazer parte deste CERH. Seria interessante aproveitarmos este momento do pedido do
347 Ministério Público porque talvez até nos propicie a alteração do regimento interno ou mesmo
348 através de um projeto de lei alterando o numero de membros e a da composição do CERH e
349 deixando o regimento em “banho maria”, pois teríamos, então, o respaldo do pedido do Ministério
350 Público. O Conselheiro **Cláudio Ramos Floriani** manifestou ser a idéia do Senhor Canali



**ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH – 15/10/2008**

351 excelente, porque a ABES e a CASAN tem ajudado ao Ministério Público com uma série de tarefas.
352 Por isso, é importante que possamos trabalhar essa articulação com o Ministério Público, para fazer
353 a defesa na aprovação do projeto. Para finalizar este item da pauta o Senhor **Paulo José Aragão**,
354 manifestou que o prazo para recebimento de propostas é de 30 dias e que para isto a SDS deveria
355 enviar e-mail com a proposta a todos os comitês de bacias solicitando sugestões e inclusive que
356 envie aos conselheiros as propostas que forem chegando para conhecimento de todos. Passando
357 para assunto gerais, o **Senhor Flavio Victoria**, manifestou que um dos assuntos a ser discutido é a
358 resolução 29 do Comitê Itajaí a respeito da Avaliação Ambiental Integrada. O Senhor **Flávio** disse
359 haver mais um ruído que gostaria de esclarecer. No jornal de um dos comitês foi publicado que a
360 Resolução 29 do Comitê do Itajaí que trata de uma Avaliação Ambiental Integrada para
361 empreendimentos em PCH's, foi encaminhado ao CERH e ao CONSEMA e que, porém, passado
362 mais de um ano, ainda não foi analisado por nenhum Conselho. O Senhor Flavio afirmou não ser
verdadeiro este tipo de publicação e passou a ler um histórico da tramitação do processo na SDS.
Afirmou, ainda, que esse processo esta sendo construído pela Diretoria de Recursos Hídricos e que
se esta buscando uma metodologia para Avaliação Ambiental Integrada não só para PCH's, mas
para os mais diversos empreendimentos que necessitem de obras hídricas nas Bacias Hidrográficas.
Disse que a metodologia foi apresentada para o Ministério Público e que os sistemas em que foi
baseado para análise é hídrica integrada e não ambiental integrada que é uma instancia da FATMA.
Esse processo esta sendo construído junto com o Ministério Público, até para que o processo fique
transparente e não surja mais este tipo de ruído sobre a Diretoria, pois tem havido a intenção clara
da Diretoria e de todos os técnicos em fazer o melhor possível com muito principio, critério e
determinação. Foi manifestado, ainda, em assuntos gerais sobre o 10º Encontro Nacional de
Comitês de Bacias Hidrográficas, de 10 a 14 de novembro no Rio de Janeiro, com o tema
Fortalecimento da Gestão Participativa das Águas, e que a ajuda que a SDS tem dado aos comitês,
inclusive para resgatar o Fórum de Comitês, permitirão a participação de seus representantes no
Fórum. O Senhor **Flávio Victoria** informou, ainda, sobre o Workshop Tecnologias de Informação e
Comunicação para a Modernização dos Sistemas de Irrigação e Valorização dos Sistemas de
Irrigação Ancestrais, que vai ser realizado em Florianópolis de 11 a 14 de novembro, estendendo o
convite a participação de todos os Conselheiros. O Senhor **Paulo José Aragão**, manifestou que
como a sua empresa ganhou uma licitação na SDS para fazer uns trabalhos na área de Recursos
Hídricos, a partir daquela reunião estaria se afastando deste CERH, por uma questão ética.
Informou, ainda, que a ABES vai continuar com a representação no Conselho com uma
representante chamada Rita. O Senhor **Rui Batista Antunes**, manifestou aos Conselheiros que a
próxima reunião será agendada e os mesmos convocados e que os mesmos devem visitar o site do
CERH porque todos os assuntos estão sendo inseridos no mesmo. Na seqüência, o Presidente
substituto, Senhor Paulo Aragão, juntamente com o Secretário Executivo do CERH agradeceram a
presença e a participação de todos, dando a reunião por encerrada.

Florianópolis, 15 de setembro de 2008.

ONOFRE SANTO AGOSTINI
Presidente do CERH

PAULO JOSÉ ARAGÃO
Presidente Substituto

RUI BATISTA ANTUNES
Secretário Executivo